

1º SIMULADO
DELEGADO
DA PCRJ
PROVA DISCURSIVA



Estratégia
Carreira Jurídica

Simulado Especial

Simulado PC-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **24 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 19h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

Questão 1

Regioberto, brasileiro nato, se muda para Alemanha, onde conhece Helga, por quem se apaixona perdidamente. Ambos decidem contrair matrimônio. Dessa união, nasce Sebastian.

Ao completar 25 anos, Sebastian passa a ter interesse em conhecer o Brasil. Acompanhando sempre as notícias relativas a política brasileira, Sebastian percebe que há muito a ser feito pelo Brasil, que sofre com a corrupção institucionalizada.

Despertando um sentimento patriótico em relação ao País de seu pai, Sebastian decide vir a residir em São Paulo. Dois anos após se estabelecer no Brasil, Sebastian decide se candidatar a Presidente da República.

Com base na narrativa e com as disposições constitucionais pertinentes, responda.

- a) Sebastian poderá concorrer ao cargo de Presidente da República?
- b) Sebastian poderá ocupar o cargo de Ministro de Estado de defesa?

Questão 2

Determinado colégio Militar de uma unidade Federativa, com o fim de fazer frente as despesas corriqueiras, decide implementar, por meio de portaria, cobrança de contribuição obrigatória dos alunos matriculados nos Colégio. Inconformados com a medida adotada pela instituição, os pais dos alunos decidem questionar a referida medida no judiciário.

Com base na situação hipotética, bem como as disposições constitucionais sobre o assunto e o entendimento do STF, responda.

Houve violação a Constituição Federal?

Questão 3

O Estado Y, conhecido por suas belas praias e que tem como principal fonte econômica a atividade do turismo, sofre grave dano ambiental, ocasionado pelo vazamento de óleo de uma plataforma de petróleo estabelecida em sua costa. Após grave comoção social, o Deputado estadual Patrício propõe projeto de Lei estabelecendo multa de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para desastres dessa magnitude. Referida Lei é aprovada e sancionada e passa a produzir efeitos.

Considerando a situação hipotética e com base nas disposições Constitucionais, responda.

- a) Houve violação da repartição das competências entre os entes Federados estabelecida na Constituição?
- b) considerando Lei federal superveniente estabelecendo normas gerais incompatíveis com as disposições da Lei Estadual, é possível afirmar que houve revogação da norma Estadual pela Norma Federal?

Questão 4

O Deputado Estadual Adamastor Pereira, investigado por vários crimes contra a administração pública, teve sua prisão preventiva decretada pelo judiciário, após pedido do Procurador geral de Justiça. Todavia, a assembleia legislativa, por meio de resolução, deliberou e decidiu revogar tanto a prisão preventiva, quanto as demais medidas cautelares estabelecidas em ordem judicial.

Com base nas disposições constitucionais e o entendimento dos Tribunais superiores, sobre a narrativa acima, responda.

a) A resolução editada pela assembleia legislativa é constitucional?

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 5

Jorge prestou concurso público para o cargo de professor de história do Município onde mora, obtendo aprovação fora do número de vagas estabelecidos pelo Edital, que a princípio eram 08 vagas. Ressalte-se que o período de validade do concurso era de 1 ano e foi prorrogado por mais 1 ano. Faltando dois meses para expiração do prazo do concurso, O Município publica novo edital para o mesmo cargo com previsão de 06 novas vagas.

Jorge, que tinha se classificado em 10º lugar, ao tomar conhecimento da notícia, se revolta e decide impetrar mandado de segurança em desfavor do Município, requerendo sua nomeação imediata.

À luz da situação hipotética acima e desconsiderando toda a matéria relacionada a questão processual, responda, com base nas normas pertinentes, na constituição federal e no entendimento dos Tribunais superiores.

Jorge terá direito a nomeação?

Questão 6

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu art. 37 que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, dentre outros preceitos, ao princípio da publicidade. Entretanto, a mesma constituição estabelece em seu texto o direito à privacidade e a segurança de informações individuais. Determinado Estado da Federação divulgou em site na rede mundial de computadores lista contendo o nome dos servidores públicos com sua respectiva remuneração. A respeito da situação narrada, é possível afirmar que houve violação à Constituição Federal?

Questão 7

Determinado servidor de um órgão público federal recebe determinada gratificação durante anos, de forma que a referida gratificação incorpora-se, como vantagem pessoal, ao vencimento do servidor. Ocorre que a Administração Pública forma entendimento no sentido que a gratificação seria ilegal e, com base no poder de autotutela, suprime a verba da remuneração do servidor.

Com base na situação narrada e com os entendimentos dos tribunais superiores, responda.

É possível afirmar que a administração agiu corretamente?

Questão 8

Astronildo, enfermeiro formado pela Universidade Federal de seu estado obtém êxito em concurso público e passa a trabalhar em Hospital Público em sua Região. Por ter uma família muito extensa, Astronildo decide encontrar um segundo emprego. Dessa forma, presta concurso público para o cargo de enfermeiro no Município vizinho. Astronildo é aprovado e passa a cumular ambos os cargos, executando uma jornada semanal de 65 horas. Decorrido alguns meses, Astronildo é informado pelo secretário de saúde do Município que não poderá ocupar o segundo cargo devido a existência de lei Municipal que proíbe acumulação de cargos se a jornada semanal for superior a 60 horas.

Tendo em vista a situação descrita acima e com base nas disposições constitucionais e o entendimento dos Tribunais superiores, comente a possibilidade de cumulação dos cargos por Astronildo.

DIREITO CIVIL

Questão 9

Astolfo da Silva, conhecido popularmente por Astolfo capixaba, é um jogador de futebol conhecido no cenário nacional. Astolfo é convidado para ser garoto propaganda da marca de cerveja “gelada saborosa”, assinando contrato com cláusula de cessão total aos direitos de imagem até 2021. Ocorre que a marca usa indevidamente a imagem de Astolfo capixaba em comerciais de cunho racista e preconceituosos, despertando o interesse do jogador em romper o vínculo com a empresa. Astolfo manifesta ao seu agente sua vontade de não ter sua imagem relacionada a citada marca. Entretanto, o agente empresarial do esportista informa-lhe que Astolfo tem contrato até 2021 e que nada pode fazer a respeito.

Sobre a informação do agente dada a Astolfo, **desconsiderando a legislação penal sobre o tema**, e com base na legislação civil pertinente, responda.

- a) A cláusula contida no contrato por Astolfo é válida?
- b) A orientação dada pelo agente de Astolfo tem fundamento legal?

Questão 10

José, homem de negócios do ramo automobilístico, decide constituir pessoa jurídica para exercício da atividade empresarial. José, então, cria a empresa “Carros e acessórios LTDA”, criando conta bancária para as movimentações comerciais no nome da empresa, e atribuindo veículo próprio para atendimento dos clientes em outra localidade. Após 3 anos do início dos negócios, José passa a utilizar o carro da entidade para encontros extraconjugais e ainda desviando recursos do fundo da empresa para fazer viagens pessoais, pagando hotéis e restaurantes com dinheiro da atividade empresarial. Sempre que questionado por sua esposa, José afirmava que estava em viagem de negócios. Ocorre que “Carros e acessórios LTDA” deixou de pagar seus fornecedores e não prestava mais um serviço satisfatório. Ressalte-se que José tinha amplo patrimônio pessoal, contando com um iate, casas de aluguel e 2 carros de luxo.

Desconsiderando as disposições Processuais pertinentes, bem como as normas relacionadas ao regime de bens do casamento de José, responda com base no código civil.

a) é possível a desconsideração da personalidade jurídica no caso narrado?

Questão 11

Venâncio, eletricitista, todos os dias pega ônibus para ir ao trabalho do outro lado da cidade. Determinado dia, o ônibus de Venâncio, infelizmente, acaba em um tiroteio entre policiais e traficantes locais. Venâncio, em uma atitude desesperada de salvar sua vida, sai do ônibus e corre em direção a um lugar seguro, entretanto é atingido por bala perdida e vem a óbito. Um fotógrafo que estava no local faz imagens do corpo de Venâncio estendido em plena avenida pública em jornal de grande circulação. A família de Venâncio inconformada com a atitude do jornal e por considerar que houve violação aos direitos de personalidade de Venâncio propõe ação judicial em face do Jornal, requerendo danos morais.

Sobre a situação narrada, com base na legislação aplicável e o entendimento dos tribunais superiores, responda.

- a) A família de Venâncio tem legitimidade para propor a referida ação?
- b) A referida ação poderá ser julgada procedente?

Questão 12

Barbara, gerente de uma multinacional e residente em Minas Gerais é promovida a diretora nacional. Para assumir o cargo, Barbara precisa mudar para São Paulo capital, onde contata corretor de imóveis afim de encontrar um apartamento para locação. Barbara fecha negócio e muda-se para São Paulo. Após 3 meses da efetivação do negócio, Barbara, que por não ter conhecimento dos preços referente a aluguel de imóveis em São Paulo, percebe que pagou seis vezes mais do que a faixa de preço praticável naquela localidade.

Com base na situação hipotética, comente a possibilidade de nulidade do negócio jurídico.

Questão 13

(MS CONCURSOS – PCMS – Delegado de Polícia – 2013) O ferimento único por impacto de projétil deflagrado de arma de fogo trata se de evento complexo, uma vez que há energias diversas agindo sobre o corpo flácido, tais como: o tipo e o calibre de munição empregada, a resistência do material atingido, o ângulo de incidência, a distância do disparo e ulteriores eventuais. Determine os aspectos morfológicos dos elementos de vizinhança ao ferimento de entrada perpendicular frontal no corpo flácido, deflagrado por projétil único de arma curta, na classificação quanto à distância: apoiados, curta distância e longa distância.

Questão 14

(FUMARC – PCRJ – Delegado de Polícia – 2012) Qual seria o comportamento e os principais sinais físicos esperados de um toxicômano sob efeito de cocaína?

Questão 15

(FUNCAB – PCRJ – Delegado de Polícia – 2012) Em relação ao uso de derivados etílicos, responda aos seguintes itens:

- a) Descreva o quadro clínico da embriaguez pelo álcool.
- b) Um agente ingeriu uma boa quantidade de álcool, encontra-se bastante embriagado, irritado e agressivo. Analise a importância médico-legal dessa fase.
- c) Considerando que esse agente continuou ingerindo grande quantidade de álcool e se encontra bastante embotado, prostrado, sujo e “caído no chão”, qual a importância médico-legal dessa fase da embriaguez?

Questão 16

(CEPERJ – PCRJ – Delegado de Polícia – 2009) O afogamento é uma forma de asfixia em que ocorre penetração de grande quantidade de líquido nos pulmões. Em relação às suas formas:

a) Discuta a gênese do afogamento branco comparado com o real.

DIREITO PENAL

Questão 17

José, após realizar concurso para provimento do cargo de delegado de polícia federal, foi informado, logo após a assinatura do termo de posse, a data e o horário para se apresentar em determinada delegacia de polícia para entrar em exercício no aludido cargo público. Na ida até a delegacia, antes mesmo de iniciar seu primeiro dia de exercício, deparou-se com antigo amigo de escola praticando ato definido como crime, ao abordá-lo, conversaram, e José explicou ao amigo que havia acabado de cometer um delito que iria conduzi-lo a delegacia pois havia sido aprovado em concurso de Delegado de Polícia. Em meio a situação, o amigo de José lembrou que o então delegado sempre foi apaixonado por sua irmã, e prometeu facilitar o contato entre os dois casos José deixasse aquele acontecimento de lado. José de pronto aceitou e deixou o amigo seguir sem maiores preocupações.

Com base no caso hipotético ilustrado acima, disserte a respeito da conduta do Sr. José com base no ordenamento jurídico brasileiro, especificamente quanto a tipificação ou não da conduta do agente, em caso positivo, qual tipo penal incriminador.

Questão 18

Zeus e Hades são irmãos e donos de empresas concorrentes em mercado específico da cidade onde residem. Zeus, em conversas com o melhor vendedor da empresa de seu irmão fez propostas melhores de emprego para convencer o empregado de Hades a mudar de empresa. Ao descobrir as tratativas do seu irmão com seu empregado, Hades foi resistente em demitir seu vendedor para não beneficiar seu irmão, bem como o empregado não queria pedir demissão pois perderia diversas verbas trabalhistas. Nesse contexto, Zeus, assinou na carteira de trabalho, com seu próprio nome, no campo destinado ao empregador, a demissão do vendedor da empresa de seu irmão Hades. Inconformado com a situação, Hades se dirigiu a delegacia, pois, via naquela situação crime contra a fé pública.

Em face da situação em apreço, como delegado de polícia, redija de forma fundamentada em que consiste a conduta de Zeus, no que tange aos crimes praticados contra a Fé Pública, previstos no Código Penal Brasileiro.

Questão 19

Pedro e Paulo são Policiais Rodoviários Federais lotados no mesmo posto há muitos anos, em determinado dia Pedro abordou um caminhão que estava com diversas irregularidades, nessa ocasião o caminhoneiro ofereceu a Pedro a quantia de R\$ 100,00 para que pudesse passar pela "blitz", mesmo relutante, Pedro aceitou. No dia seguinte, Paulo ao se deparar com veículo irregular e exigiu a quantia de R\$ 500,00, o condutor, que nada poderia fazer, pois perderia o carro, pagou prontamente a quantia exigida pelo Agente de Polícia. Após o ocorrido, realizou-se auditoria interna e foram descobertas inúmeras condutas ilícitas no posto policial, inclusive as praticadas por Paulo e Pedro. Foi instaurado processos administrativos e após concluídos os de Paulo e Pedro foram encaminhados à Polícia Federal para maiores apurações.

Na qualidade de Delegado de Polícia, disserte fundamentadamente a respeito dos crimes cometidos no caso hipotético descrito acima, e em quais tipos penais se enquadraria Paulo, Pedro e os particulares envolvidos.

Questão 20

O Sr. Platão, um senhor de 70 anos, no dia de sacar sua aposentadoria, pediu ajuda a um desconhecido, o qual se aproveitando da idade de Platão e retirou rapidamente o dinheiro do bolso de trás da calça de Platão. Após identificar que não há nenhum dinheiro na carteira se deslocou até a delegacia para prestar notícia de fato sobre o ocorrido. Ato contínuo, o delegado de polícia localizou o sujeito que estava com o dinheiro de Platão, após os trâmites legais, o inquérito foi encaminhado ao ministério público, que ofereceu ação penal. Recebida a denúncia pelo juiz foi dado prosseguimento com base no procedimento ordinário, tendo em vista que a pena máxima do crime de furto simples é 4 anos. Nesse contexto, a defesa do Réu arguiu a necessidade de modificação do rito para sumaríssimo bem como a aplicação das medidas despenalizadoras ao réu com base no estatuto do idoso.

Com base no texto acima, disserte a respeito da aplicabilidade da lei 9.099/95 e das medidas despenalizadoras nos crimes abarcados pelo Estatuto do Idoso.

DIREITO PENAL

Questão 21

Tramita na Delegacia de Polícia Civil da cidade "X" inquérito investigativo para apurar crime de feminicídio praticado por Tício Caio contra sua esposa. Após meses de investigação, o Sr. Tício Caio está em prisão preventiva a fim de não obstruir o fluxo das investigações. Contudo, devido relatórios penitenciários encaminhados à delegacia, a autoridade policial acredita que Tício Caio possui transtornos mentais e que o cárcere está agravando esta situação. Nesse contexto, representou à autoridade judicial para realização de exame de sanidade mental do acusado. Contudo, o Ministério Público requereu a desconsideração da representação policial alegando que polícia judiciária não possui capacidade postulatória, pois a titularidade da ação principal e acessórias (cautelares) é do Ministério Público.

Levando em consideração o caso aventado alhures, disserte de forma fundamentada a respeito da capacidade postulatória da polícia judiciária no ordenamento jurídico brasileiro.

Questão 22

Sócrates, acusado pela prática de crime de furto simples, após o devido inquérito policial com seu indiciamento como possível autor do delito, durante audiência de instrução e julgamento confessa ter realmente cometido a prática do furto, contudo alega que agiu em estado de necessidade, haja vista as condições precárias pelas quais a sua família enfrentava. Ao analisar o caso, o juiz da causa condenou o réu por furto, sendo que devido a celeridade do processo a produção probatória foi mínima na fase de instrução, sendo a sentença fundamentada exclusivamente na confissão do Réu.

Com base no caso especificado acima, fundamentadamente disserte a respeito da confissão, bem como de sua natureza, valor probatório e classificação, conforme a legislação processual penal pátria.

Questão 23

Aristides, brasileiro, estudante de Medicina, ganhou bolsa de estudos na Bolívia. Durante o aludido curso no estrangeiro, Aristides saiu de sua residência com bisturi de cerca de 10 cm de comprimento em mãos, pois estava atrasado para realizar prova prática na faculdade. Contudo, foi abordado pela polícia militar local portando o objeto perfuro cortante e foi informado que seria conduzido para a delegacia, pois, o porte de arma branca naquele país consistia em contravenção penal, assim como no Brasil. Após os trâmites legais na Bolívia, Aristides perdeu sua bolsa de estudos e retornou ao Brasil, meses após o ocorrido. Na primeira semana de aula de volta a sua faculdade de origem, Aristides mais uma vez se atrasa e sai correndo na rua com seu novo bisturi, quando é flagrado pela polícia brasileira. Ato contínuo, foi conduzido a delegacia, lavrado TCO pela prática de contravenção penal e logo liberado. Ressalte-se que o processo aberto na Bolívia transitou em julgado condenando Aristides.

Em face do caso exposto, escreva fundamentadamente a respeito das contravenções penais praticadas por Aristides, assim como destaque a figura da reincidência nas contravenções penais a luz do código de processo penal.

Questão 24

Xenofantes cometeu crime doloso contra a vida de determinada pessoa, logo, a competência para o julgamento do delito é, conforme dicção da constituição e do CPC, de competência do Tribunal do Júri. Ocorre que, devido a intercorrências durante o processo judicial, o Ministério Público não conseguiu angariar nenhuma prova que pudesse corroborar com a tese da acusação. No entanto, o Tribunal do Júri condenou Xenofantes mesmo não havendo provas no processo que corroborassem para tese de acusação, sendo desse modo a condenação apenas com base em elementos de prova contidos no inquérito policial.

Com base na atual sistemática do ordenamento jurídico brasileiro, disserte sobre a possibilidade de condenação com base unicamente em elementos de informação policial em sede de tribunal do Júri.